COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.049, DE 2001

Altera a redação do inciso IV do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, que “estabelece a obrigatoriedade de declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dá outras providências”.

Autor: Deputado MIRO TEIXEIRA.

Relator: Deputado JOVAIR ARANTES.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.049, de 2001, de autoria do Deputado Miro Teixeira pretende tornar obrigatória a **publicação integral, no Diário Oficial da União, da declaração de bens, inclusive com as fontes de renda**, dos exercentes de cargos, empregos, funções e mandatos eletivos no âmbito da Administração Pública federal.

As razões que motivam a proposição, constantes da sua **Justificação**, são as seguintes:

“Assim como esta Casa e este Parlamento teve a

*compreensão e a sensibilidade da iniciativa de propor a instituição de Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e discute, no momento, o Código de Ética e Decoro Parlamentar de formar a coibir o enriquecimento ilícito e impedir que acusações levianas e injustas maculem a vida dos representantes do povo que com lisura e honradez desempenham sua missão representativa, incluindo no corpo do texto de código dispositivo **permitindo a publicação integral das declarações dos deputados.***

Da mesma forma há que se esperar dos demais governantes e autoridades públicas, tanto dos escalões inferiores como dos superiores, demonstrem a desejável e esperada transparência não somente da coisa pública, como, sobretudo, no que tange à individualidade dos ocupantes de cargos e funções públicas da administração, permitindo seja publicado na imprensa oficial o patrimônio auferido no transcorrer de sua vida e sua evolução ou não durante o mandato.

Com a proposta o “homem público” demonstra aos órgãos fiscalizadores sua lisura, sua boa-fé e sua integridade, expondo-a à sociedade através da imprensa oficial, esperando, assim, que as maledicências, injustas e insultuosas não recaiam genericamente sobre todos, desfazendo assim a imagem irreal daqueles que se comprometem com a defesa e administração da coisa pública.”

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao **Projeto de Lei nº 5.049, de 2001.**

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade com o art. 32, inciso XIII, alínea “p”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe agora a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

A Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição cidadã, **caracteriza-se, predominantemente, pelo fortalecimento dos direitos e garantias fundamentais, com ênfase na proteção do indivíduo contra o arbítrio do Estado.** Nesse contexto, insere-se o direito à privacidade.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso X, estabelece proteção explícita referente ao direito à privacidade. Com efeito, prescreve o citado dispositivo o seguinte:

“Art. 5º

.....

*X – são invioláveis a intimidade, a **vida privada**, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”*

O sentido finalístico da proteção constitucional do **direito à privacidade** engloba o conjunto de dados referentes ao indivíduo relacionado com sua vida particular, abarcando, entre outros aspectos, suas relações familiares, projetos pessoais, sigilos bancário e fiscal, **bem como sua situação patrimonial individual.**

Outra questão que deve ser destacada diz respeito à amplitude do direito de proteção à privacidade que a Lei Fundamental abriga. Destarte, em atendimento ao comando inserto no **caput** do art. 5º da Carta Política, **o direito à inviolabilidade da privacidade figura como garantia universal para todos os cidadãos**, brasileiros e estrangeiros residentes no País, sem qualquer exclusão quanto à natureza da atividade profissional exercida. A Constituição Federal protege a privacidade do cidadão, independentemente do seu vínculo laboral com o setor público ou com a iniciativa privada. A Lei Fundamental não privilegia uma tutela da privacidade com características diferenciadas para agentes públicos ou para trabalhadores da esfera privada, mesmo porque, se o fizesse, seria incongruente com o princípio da igualdade que orienta a própria configuração do capítulo referente aos direitos e garantias fundamentais. Assim, o direito à privacidade, **inclusa a proteção do sigilo patrimonial**, figura como tutela jurídica geral, de natureza constitucional, impossível de ser excluída em relação à determinada categoria de integrantes da sociedade.

O direito ao sigilo patrimonial, como espécie de direito à privacidade, possui, em nosso entendimento, proteção, de natureza constitucional, **que pode ser visualizada na redação contida no § 1º do art. 145 da Carta Política, que trata do princípio da capacidade contributiva do cidadão.** Nesse dispositivo, o legislador constituinte **faculta à administração tributária a possibilidade de identificar o patrimônio do contribuinte, respeitados, contudo, os direitos individuais, que são aqueles tutelados no art. 5º da Lei Fundamental, incluso o direito à privacidade.**

O § 1º do art. 145 da Constituição Federal apresenta a seguinte redação:

“Art. 145.

.....

*§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, **respeitados os direitos individuais** e nos termos da lei, **o patrimônio**, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.”*

Na esfera de legislação ordinária, o direito ao sigilo patrimonial encontra expressa tutela jurídica na redação do **parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993**, que possui o seguinte teor:

“Art. 5º A Fazenda Pública Federal e o Tribunal de Contas da União poderão realizar, em relação às declarações de que trata esta Lei, troca de dados e informações que lhes possam favorecer o desempenho das respectivas atribuições legais.

Parágrafo único. O dever do sigilo sobre informações de natureza fiscal e **de riqueza de terceiros**, imposto aos funcionários da Fazenda Pública, que cheguem ao seu conhecimento em razão do ofício, estende-se aos funcionários do Tribunal de Contas da União que, em cumprimento das disposições desta Lei, encontrem-se em idêntica situação.”

Em razão desse quadro jurídico, é que o inciso IV do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, **determina apenas a publicação, por extrato, da declaração de bens e rendas dos agentes públicos.**

Dessa forma, **sem a vulneração do direito à privacidade e da proteção ao sigilo patrimonial**, o Poder Público já possui instrumentos eficazes de controle da legalidade e da legitimidade dos bens e rendas de seus agentes políticos e públicos.

Pondere-se, ainda, que, **por razões de segurança pessoal**, tendo em conta o alarmante quadro de violência que vivenciamos na atualidade, os dados patrimoniais e de rendas dos exercentes de funções públicas devem ser preservados de divulgação irrestrita.

Pelo exposto, manifestamo-nos **pela rejeição** do Projeto de Lei nº 5.049, de 2001, com respaldo no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado JOVAIR ARANTES
Relator